

# COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE CMA

RELATÓRIO DAS AÇÕES  
E ATIVIDADES

2020



**CREA-RJ**

Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Rio de Janeiro

# ÍNDICE

- 01 ARTICULAÇÃO COM A SOCIEDADE - 3
- 02 A DEFESA DA FLORESTA DE CAMBOATÁ - 4
- 03 ÁGUA E SANEAMENTO - 6
- 04 CONFERÊNCIA LIVRE ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CLEMARJ - 10
- 05 CONSELHOS PROFISSIONAIS E MEIO AMBIENTE - 12
- 06 PILHA DE RESÍDUOS DA CSN - 13
- 07 QUEIMADAS NO BRASIL E NO RJ - 15
- 08 CURSO BÁSICO DE DEFESA CIVIL PARA ENGENHEIROS - 19
- 09 RESÍDUOS SÓLIDOS - 21
- 10 PRÊMIO CREA-RJ DE MEIO AMBIENTE - 23
- 11 ATRIBUIÇÕES DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - 33

## EXPEDIENTE

### DIRETORIA 2020

Presidente Eng. Eletricista e de Seg. do Trabalho LUIZ ANTONIO COSENZA

1º Vice-Presidente Eng. Civil FRANCIS BOGOSSIAN

2º Vice-Presidente Engenheiro Eletricista MIGUEL SANTOS LEITE SAMPAIO

1ª Diretora Administrativa Engenheira Civil ANA PAULA SANT'ANNA MASIERO

2º Diretor Administrativo Eng. Mecânico MARCO ANTONIO BARBOSA

3º Diretor Administrativo Engenheiro Químico e de Segurança do Trabalho LUIZ ALEXANDRE MOSCA CUNHA

1º Diretor Financeiro Eng. Civil JULIO ARTUR VILLAS BOAS

2º Diretor Financeiro Eng. Civil ALEXANDRE JULIO LOPES DE ALMEIDA

3º Diretor Financeiro Geólogo ADRIANO CÉLIO MAGALHÃES SAMPAIO

### COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE 2020

#### Conselheiros Efetivos

Coordenador Eng. Químico ABÍLIO VALÉRIO TOZINI

Coordenador Adjunto Geólogo ADRIANO CÉLIO MAGALHÃES SAMPAIO

#### Membros

Eng. Civil JOSÉ SCHIPPER

Eng. Mecânico e Seg. do Trabalho PEDRO PAULO THOBIAS F. DOS SANTOS

Geógrafo VAGNER DA SILVA OLIVEIRA

#### Conselheiros Suplentes

Eng. Civil ALEXANDRE JÚLIO LOPES DE ALMEIDA

Meteorologista IVAN PEREIRA DE ABREU

Eng. Metalurgista LUIZ DE ARAÚJO BICALHO

Eng. Sanitarista e Ambiental MILTON NAZARENO RAMOS NEVES

Eng. Florestal RICARDO DA SILVA PEREIRA

#### Conselheiro Convidado

Eng. Civil ADACTO BENEDICTO OTTONI

#### Apoio Técnico

Eng. Agrônomo JORGE ANTONIO DA SILVA

#### Apoio Administrativo

ROSELI MARCELINO DA SILVA

#### Assessoria de Comunicação AMAC

Diagramação/Revisão Textual

# ARTICULAÇÃO COM A SOCIEDADE

# 1

Compreendendo a importância do Conselho Profissional estar sempre próximo dos problemas da população, a Comissão de Meio Ambiente - CMA vem desenvolvendo, pelo menos nos últimos seis anos, ações de articulação com a sociedade, atendida com as questões que envolvem o meio ambiente, nas esferas municipal, estadual e federal.

Nesse sentido, buscou também ampliar a articulação com as ONGs e com os movimentos ambientais, com o Fórum Fluminense de Comitês de Bacias, com os Comitês de Bacias Hidrográficas do Rio de Janeiro, com as lideranças ambientais e, em especial, com os profissionais que atuam no meio ambiente.

Cabe ressaltar que essas ações vêm sendo realizadas pelas composições das Comissões de Meio Ambiente, as quais se sucederam ao longo desses anos. Entretanto, destacamos a dificuldade de desenvolver tais atividades devido às suas características, as quais envolvem diversas instituições.

# A DEFESA DA FLORESTA DE CAMBOATÁ **2**

Uma ação de destaque, que é importante frisar, foi a atuação da CMA/ Crea-RJ na defesa da Floresta de Camboatá. Um trabalho importante, que vem sendo desenvolvido ao longo de vários anos e que culminou em um movimento social importante, resultando na criação do Movimento de Defesa da Floresta de Camboatá.

O Crea-RJ, através da Comissão de Meio Ambiente - CMA, teve um papel importante e fundamental. Destacamos a liderança do coordenador da Comissão, Conselheiro Abílio Valério Tozini que, junto com o Movimento de Defesa da Floresta de Camboatá, articulou diversos setores: ambientais, Ministério Público, Justiça, Legislativo, Executivo, privado, imprensa, Forças Armadas e os profissionais que atuam junto aos Conselhos Profissionais.

A CMA encaminhou a proposta ao Plenário do Crea-RJ, que aprovou e orientou o posicionamento do Crea-RJ na Comissão Estadual de Controle Ambiental - CECA, contrário à destruição da Floresta de Camboatá. A ação repercutiu positivamente na sociedade e o Crea-RJ recebeu reconhecimento de vários segmentos.



Essa articulação foi muito importante para mobilizar a sociedade e conscientizá-la sobre a necessidade da Defesa e Conservação do meio ambiente e das áreas verdes, reafirmando a importância do meio ambiente para a população.



# ÁGUA E SANEAMENTO

# 3

A discussão sobre o “Marco da Água e do Saneamento” tem sido muito forte no âmbito das entidades e também da sociedade, que vive uma crise permanente em relação aos recursos hídricos no estado do Rio de Janeiro. É grande a expectativa em torno das proposições contidas nessa discussão, apresentadas nas audiências públicas realizadas pelo BNDES.

Os contatos mantidos pela CMA, no âmbito da Conferência Livre Estadual de Meio Ambiente e Agricultura - CLEMAARJ, possibilitaram que a Comissão de Meio Ambiente conhecesse a atuação e o posicionamento dos Comitês de Bacias Hidrográficas e do Fórum Fluminense dos Comitês de Bacias Hidrográficas do RJ, explicitado no documento sobre a importância da gestão pública da Água e do Saneamento no RJ.

Os engenheiros civis Adacto Ottoni (UERJ), Alexandre Pessoa (Fiocruz) e Clóvis Nascimento (Fisenge), que acompanham essa temática, apresentaram na reunião da CMA, questões importantes, que subsidiaram a elaboração da proposta de Carta Aberta do Crea-RJ sobre Água e Saneamento no RJ.



A CMA aprovou o documento e encaminhou para a Plenária, que aprovou e, assim, o Crea-RJ pode externar para a sociedade o que deve ser um caminho para a democratização e a universalização da água e do saneamento no Estado do Rio de Janeiro. Além de fiscalizar o exercício legal da profissão, uma manifestação sobre a água potável e o saneamento, questões vitais da vida das pessoas, propicia ao Crea-RJ obter destaque e ser protagonista desta ação junto à sociedade.

É de suma importância divulgar o que está acontecendo sobre esse tema, para os profissionais do Sistema Confea/Crea e a sociedade em geral tomarem conhecimento.

## **CARTA ABERTA – CEDAE**

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Rio de Janeiro – Crea-RJ, autarquia federal, criada pela Lei nº 5.194/66, com finalidade de fiscalizar as atividades das profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Crea, sendo o seu Plenário constituído por profissionais de diferentes áreas tecnológicas, vinculados a entidades que congregam especialistas em vários ramos da engenharia, pesquisadores, gestores, movimentos sindicais e sociais, de notório saber, vem a público externar sua preocupação com os rumos, ritmos e, principalmente, com as lacunas identificadas nos documentos de referência do Edital de Concessão dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Estado do Rio de Janeiro.

O referido edital apresenta grande vulnerabilidade, visto que foi submetido às audiências públicas virtuais, sem a devida análise técnica, sem consulta aos profissionais do setor de saneamento, das suas principais entidades e da participação social, para a sua elaboração, incorrendo desta forma em inconsistência e insegurança sanitária do processo, com potenciais impactos socioambientais, em especial à saúde pública e aos direitos humanos, ao longo dos 35 anos previstos de concessão ao setor privado.


O Crea-RJ destaca que é fundamental a criação de políticas públicas e soluções técnicas que privilegiem a recuperação ambiental da bacia hidrográfica dos mananciais hídricos do Estado do Rio de Janeiro, o reúso de esgotos, o reaproveitamento do lodo como biogás e composto orgânico, a ampliação dos Programas de Reflorestamento, priorizando as APPs - Áreas de Preservação Permanente, as obras de recarga artificial da água subterrânea, e o controle efetivo das fontes de poluição hídrica, para que, de fato, a saúde pública seja o objetivo das ações estruturais e estruturantes de abastecimento de água e esgotamento sanitário, as quais precisam estar contempladas nas



diretrizes, critérios e detalhamento dos documentos que constituem o Edital de concessão, incluindo os estudos de engenharia sanitária e ambiental, o que não foi constatado nos documentos analisados.

É absolutamente necessário que o Poder Público invista, prioritariamente, na recuperação da qualidade da água bruta que chega na Tomada D'Água da CEDAE, evitando colocar em risco o abastecimento de água da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

O Crea-RJ por considerar que ÁGUA É VIDA e, portanto, não pode ser tratada como mera mercadoria, se posiciona contrário à privatização da Cedae, visto que a prestação eficiente de tais serviços é essencial à saúde da população, tais como o abastecimento público de água potável, e a coleta, tratamento e destinação final adequada dos esgotos sanitários no Estado do Rio de Janeiro, defendendo uma Cedae pública, Estatal, indivisível, independente e técnica, cujos recursos advindos do lucro da empresa sejam prioritariamente revertidos na manutenção e conservação de sua infraestrutura de saneamento instalada e na melhoria da qualidade dos seus serviços.

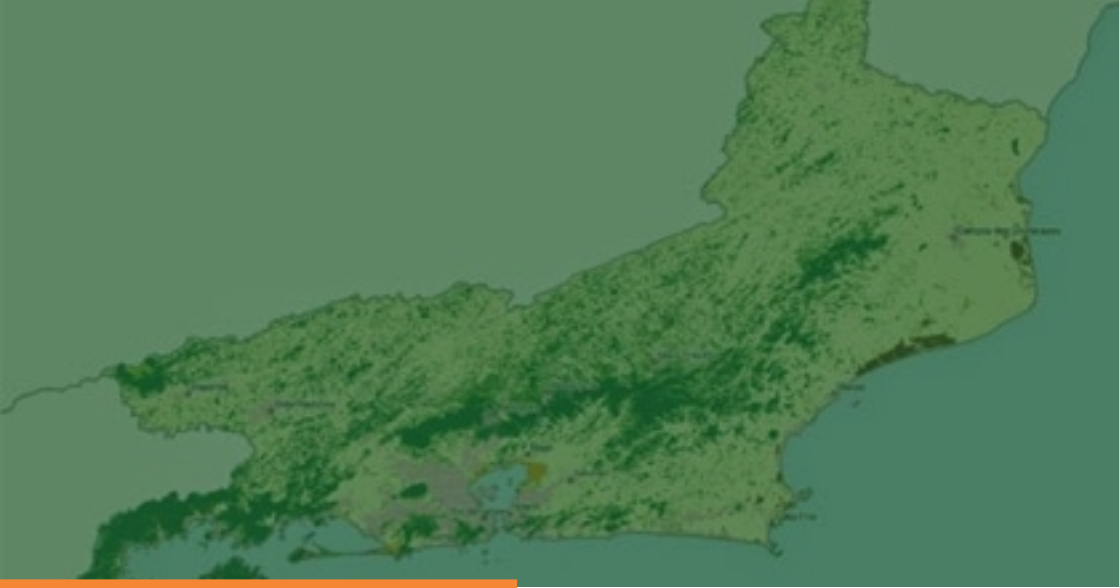


# **CONFERÊNCIA LIVRE ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CLEMAARJ**

# **4**

O Crea-RJ, por meio da Comissão de Meio Ambiente - CMA, é um dos precursores, junto com cerca de dez instituições e entidades, da organização da CLEMAARJ. A primeira reunião de organização aconteceu em 7/08/2019, e mobilizou 50 lideranças ambientais. Em janeiro de 2021, a CLEMAARJ conta com o apoio e a subscrição de 127 entidades e instituições. A avaliação consensual das lideranças presentes na reunião, foi a de que a CLEMAARJ não poderia ser igual as conferências anteriores. A CLEMAARJ é contra a destruição das conquistas ambientais, é inovadora, busca propiciar a resistência da sociedade, defender o meio ambiente e produzir uma massa crítica na sociedade, com mobilização e articulação para impedir os retrocessos políticos, ambientais e sociais.

A motivação de realizar uma conferência livre era antiga. A preocupação das lideranças ambientais sindicais e políticas, com a desarticulação de segmentos da sociedade, abalados pelos retrocessos que vinham acontecendo no país, acelerou a execução conjunta dessa iniciativa. Por intermédio da organização da CLEMAARJ, está sendo possível abrir portas e construir relacionamentos com instituições e com profissionais ligados às diversas instituições.



Uma das preocupações principais era sair de uma redoma, dialogar com outros segmentos da sociedade, fazer uma discussão ampla, levando em consideração a transversalidade da questão ambiental, presente em todas as políticas públicas, e dialogar com várias áreas e setores envolvidos. Assim, os objetivos da CLEMAARJ uniram o meio ambiente e agricultura. Uniram campo e cidade.

Outra preocupação é a renovação política, com prioridade no envolvimento da juventude nesse processo, obtendo resultados bastante positivos nessa mobilização.

Não foi tarefa fácil essa construção. Foram vencidas as desconfianças, superadas as pequenas divisões, atritos e conflitos entre lideranças e entidades. Sem prejuízo das agendas específicas, de cada um dos apoiadores, e das lutas em curso, além da persuasão da importância da união em torno de uma agenda comum.

O mais importante está sendo a construção de um grande movimento para barrar o retrocesso, propiciar a articulação e a conscientização das partes interessadas/sociedade, que vêm sendo afetadas, apresentando uma mobilização conjunta como ação importante de luta, de resistência e de enfrentamento.



# CONSELHOS PROFISSIONAIS E MEIO AMBIENTE

# 5

A reunião realizada com representantes dos Conselhos Profissionais, entre eles, conselheiros e presidentes, contou com a presença da presidente do Fórum de Conselhos Profissionais, a nutricionista Manuela Dolinsky, presidente do CRN-4. Manuela levou a questão ambiental para todos os conselhos profissionais, uma temática transversal, na qual todas as profissões estão envolvidas. Este relacionamento vislumbra boas perspectivas para a Comissão de Meio Ambiente - CMA, em 2021, decorrentes dessa articulação.

A Presidente do Fórum dos Conselhos convidou a CMA para fazer uma apresentação sobre a CLEMAARJ na reunião do Fórum, em 7 de dezembro de 2020. A apresentação sobre a CLEMAARJ foi muito bem recebida e a CMA foi convidada a participar, sempre que possível, colocando a questão ambiental para todas as profissões. Uma posição muito salutar. A partir dessas reuniões, pretende-se fazer um perfil de cada conselho que propicie a troca de experiências e ações conjuntas.



# PILHA DE RESÍDUOS DA CSN

# 6

Após uma inspeção feita pelo Crea-RJ, na pilha de rejeitos da CSN, que fica a 50 metros do rio Paraíba do Sul, principal manancial do estado, o Conselho recebeu a resposta da empresa HARSCO, responsável pela operacionalização do local. Para fazer o relatório da visita, o Conselho precisa ter acesso aos dados do monitoramento atmosférico e das águas subterrâneas e superficiais no entorno, para verificar se o empreendimento está funcionando bem ou não. A empresa HARSCO não atendeu às solicitações, tendo informado somente que está regularizada no INEA, e que os dados do monitoramento ambiental atmosférico e das águas superficiais e subterrâneas foram encaminhados para o Instituto. E, finalmente, que o Crea-RJ solicitasse os dados diretamente ao INEA.

O Crea-RJ solicitou ao INEA os dados para viabilizar a conclusão do relatório da inspeção, e avaliar se o empreendimento apresenta riscos de impactos ambientais. Teriam que apresentar um mapa com a localização dos pontos de monitoramento. Nada disso foi apresentado na resposta da HARSCO. Se o INEA não responder, encaminhar para o MPRJ, porque indicaria indícios graves de irregularidades.



“O Crea-RJ solicitou ao INEA os dados ambientais do monitoramento ambiental da pilha de escória da CSN, operada pela empresa HARSCO:

**1** Apresentação de mapa detalhado, com a localização exata de todos os pontos de monitoramento ambiental para o controle operacional do processo da pilha de escória da CSN, dentro e fora (no entorno) da área licenciada pelo INEA, incluindo: os pontos de amostragem de qualidade do ar, da água subterrânea e das águas superficiais dentro e no entorno do Empreendimento; os pontos de monitoramento dos esgotos na entrada e na saída da Estação de Tratamento de Esgotos (ETE) existente no local; e os pontos de monitoramento geotécnico das pilhas de escória existentes;

**2** Apresentação de todos os resultados dos últimos 3 (três) anos do monitoramento da qualidade do ar, das águas subterrâneas e das águas superficiais dentro e no entorno do Empreendimento, bem como os resultados do monitoramento dos esgotos na entrada e na saída da ETE existente no local, e os dados de monitoramento geotécnico das pilhas de escória existentes”.

O Crea-RJ continua aguardando a resposta do INEA para concluir o Relatório da inspeção realizada.

# QUEIMADAS NO BRASIL E NO RJ

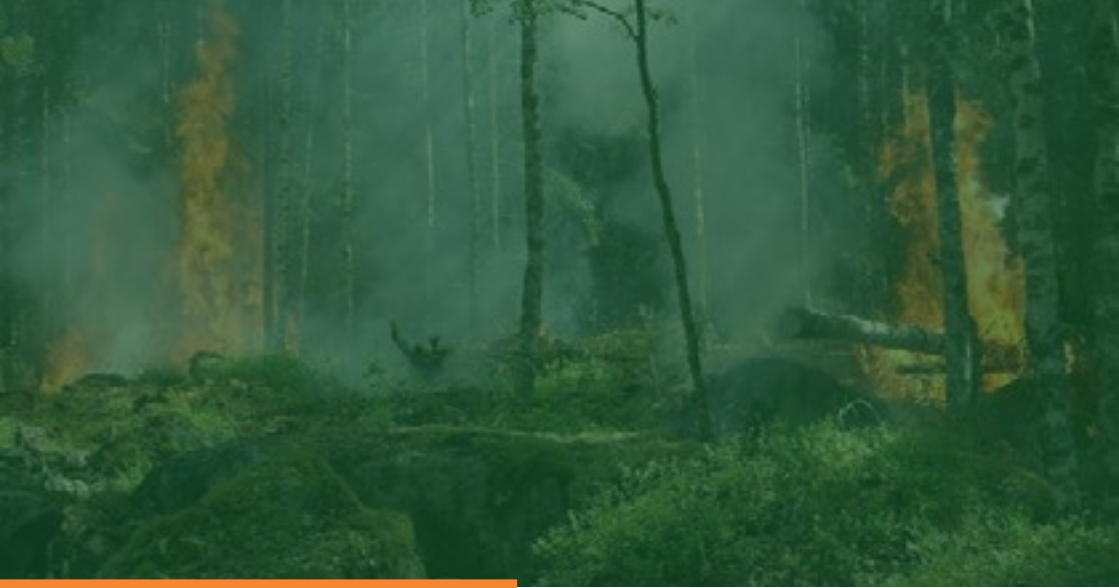


## *Incêndios de grande magnitude em florestas no Brasil e no Rio de Janeiro*

A preservação das florestas nativas é fundamental para a saúde e sobrevivência de qualquer bioma na natureza. As florestas prestam serviços ambientais essenciais para o ser humano, produzindo água doce nos lençóis de água subterrâneos e rios (pois infiltra aproximadamente 80% das águas de chuva), amortecendo inundações nos períodos de chuvas intensas, ajudando na regulagem do clima, produzindo vários produtos naturais essenciais para o ser humano e outras vantagens;

As florestas estão na base da cadeia alimentar, onde diversas espécies de animais são totalmente dependentes dela para a sua sobrevivência, garantindo a saúde e o equilíbrio dos ecossistemas na natureza;

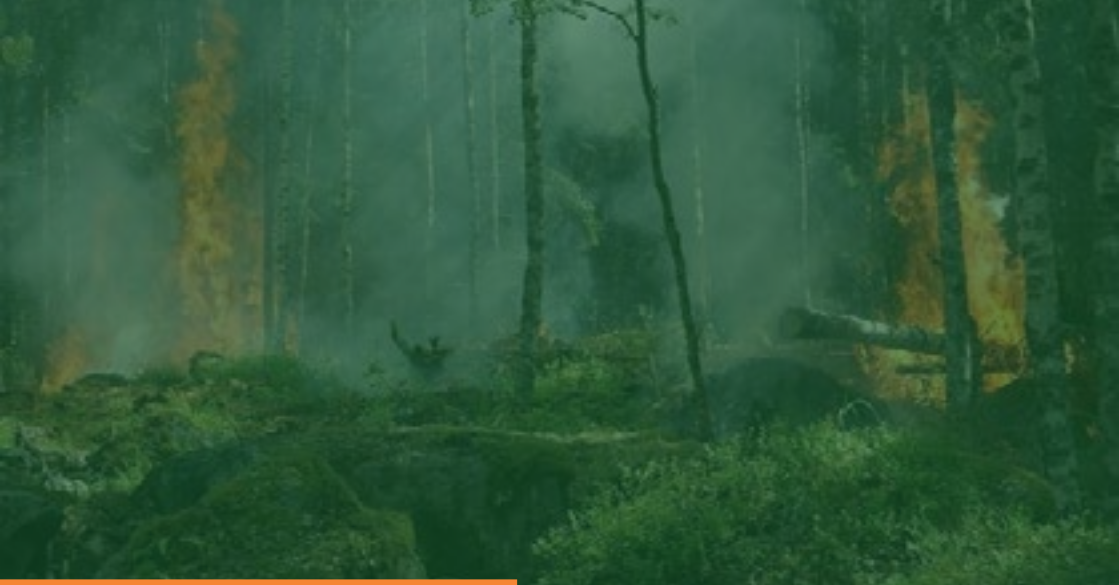
No final do período de estiagem, do ano de 2020, ocorreram tragédias de grande magnitude, com o incêndio de milhares de hectares de florestas, tanto na Amazônia, quanto no Pantanal Mato-Grossense. Assim como, na APA (Área de Preservação Ambiental), localizada no Município de Petrópolis-RJ, onde houve um incêndio de grandes proporções.



Nessas tragédias, aconteceram efeitos diretos de milhares de mortes e riscos à saúde de espécies animais e vegetais, com um impacto negativo direto na biodiversidade desses biomas; Nessas tragédias ocorrem, inexoravelmente, impactos ambientais negativos contra o próprio ser humano, onde serão afetados profundamente os mananciais hídricos locais, onde deverá haver uma efetiva desregulação no regime dos rios existentes nas bacias hidrográficas que sofreram os efeitos desses incêndios florestais de grande magnitude.

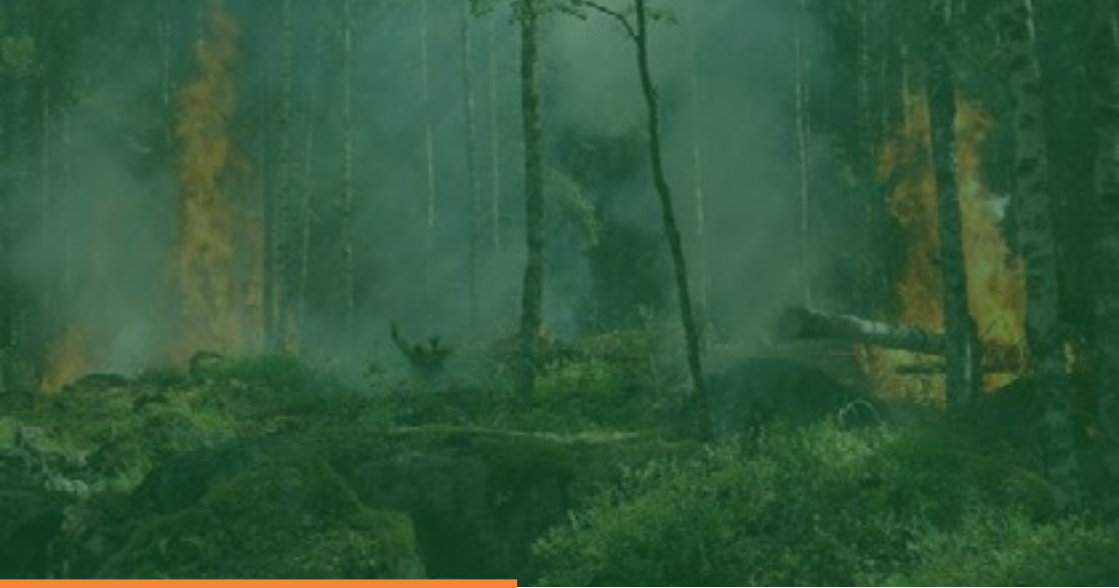
Além disso, serão também maximizados os efeitos das mudanças climáticas, onde a presença da floresta saudável é fundamental na regulação do clima; que é comum a ocorrência de queimadas espontâneas na natureza durante o final do período de estiagem do ano hidrológico (onde as folhas das árvores ficam mais secas naturalmente), mas que a magnitude na ocorrência e proporções dessas queimadas de florestas no Brasil e no Estado do Rio de Janeiro vêm aumentando continuamente devido a atividades antrópicas inadequadas de agropecuária e também de queimadas criminosas; que é uma obrigação do Poder Público implementar políticas de proteção e preservação das florestas, bem como de regular o uso e ocupação do solo para evitar os impactos negativos das atividades antrópicas à sociedade e ao meio ambiente;






A CMA encaminhou o assunto, para as Câmaras Especializadas e para o Plenário do Crea-RJ, para que o Conselho tenha um posicionamento sobre o problema, e encaminhe uma recomendação para o Confea se pronunciar com a falta de prevenção em relação às queimadas, com a aprovação das seguintes providências:

- 1** Elaboração de ofício do Presidente do Crea-RJ ao Governador do Estado do Rio de Janeiro e ao Secretário de Meio Ambiente do Estado do Rio de Janeiro, sugerindo que sejam implantadas as seguintes medidas visando à redução/controlar dos incêndios florestais no Estado;
- 2** Ampliar as atividades de monitoramento de queimadas, via satélite, em tempo real, com vistas a controlar logo no início o incêndio, evitando a sua propagação para áreas maiores;
- 3** Implantar, através da atuação da Emater e Embrapa, ou de outras entidades habilitadas, uma assessoria técnica aos proprietários de atividades de agropecuária, visando evitar as queimadas de matas nos períodos de estiagem sem prejuízo ao proprietário;



**4** Ampliar as atividades de fiscalização das queimadas criminosas, seja por inspeção aérea ou fiscalização em terra, com punições severas aos infratores, especialmente nos meses do final da estiagem de todos os anos, onde as folhas das árvores ficam mais secas, agravando em muito a amplitude dos incêndios florestais;

**5** Implantar políticas públicas de estímulo à ampliação do reflorestamento nas bacias hidrográficas brasileiras, bem como implantar obras e intervenções de recarga artificial da água subterrânea, através de valas de infiltração, bacias de recarga e outras intervenções similares. O aumento da recarga das águas de chuva no solo em áreas rurais elevaria o nível dos lençóis de água subterrânea durante o período chuvoso do ano hidrológico (o que reduziria as inundações), e também possibilitaria a elevação da franja capilar dos lençóis freáticos e garantiria mais umidade no solo, reduzindo os riscos dos incêndios em áreas vegetadas das nossas bacias hidrográficas, e economizando água para irrigação (devido à maior umidade do solo), especialmente no final do período de estiagem de todos os anos. Estas atividades ajudam a regularizar o regime dos rios, mitigando ou reduzindo os riscos de uma crise hídrica no País.



# **CURSO BÁSICO DE DEFESA CIVIL PARA ENGENHEIROS**

# **8**


O Tenente-Coronel BM Rodrigo Werner, engenheiro civil, Diretor da Escola de Defesa Civil, da Secretaria de Estado de Defesa Civil, apresentou a proposta de criar um Curso Básico de Defesa Civil, para orientação de engenheiros sobre esta questão. Resgata uma ideia antiga, que já havia sido conversada com o presidente do Crea-RJ, Luiz Antonio Cosenza. A Defesa Civil tem uma rede de colaboradores voluntários chamada Rede Salvar formada por pessoas que precisam estar ligadas a uma instituição que as representem e passem por um nivelamento básico sobre defesa civil.

Os auxílios para apoio não são solicitados às pessoas físicas, são direcionados para as instituições e essas, por sua vez, mobilizam seus colaboradores. O aceite do apoio da instituição pela Defesa Civil se baseia na formação profissional e de acordo com suas habilitações a atribuições. A ideia é criar um núcleo Salvar com engenheiros e ter o Crea-RJ como parceiro. A Rede Salvar conta com voluntários liderados por um órgão que mobiliza profissionais em situações de impactos ambientais em regiões ou comunidades.

A Escola de Defesa Civil realiza cursos gratuitos à distância para engenheiros, credenciados, que queiram participar, e formar grupos de colaboração. Os profissionais, conhecendo os riscos, podem alertar



previamente a Defesa Civil e os Bombeiros. Entre os objetivos está a identificação de riscos secundários, e elencar os temas em função da demanda. O curso é direcionado de acordo com as habilidades dos profissionais. A proposta da Escola de Defesa Civil, de parceria com o Crea-RJ, foi encaminhada para a presidência elaborar um Termo de Cooperação Técnica, incluindo o objetivo básico da parceria, objetivos gerais definindo as ações específicas que devem ser realizadas onde os cursos estão incluídos.



# RESÍDUOS SÓLIDOS

# 9

A Comissão de Meio Ambiente - CMA recebeu a denúncia da existência de um “Lixão” no Município de São Fidélis. Levando em consideração que, no âmbito do Crea-RJ, é necessário ter uma empresa responsável para coletar os resíduos, e que a destinação final da coleta dos resíduos deve ser feita em aterro sanitário, sob a responsabilidade técnica de uma empresa registrada no Conselho.

A CMA solicitou a Fiscalização proceder o levantamento de informações na Prefeitura de São Fidélis sobre como é feita a coleta de resíduos (lixo) no município. A fiscalização deverá levantar onde está sendo feita a destinação final desses resíduos, e se a destinação final dos resíduos é em um lixão.

No caso da coleta ou da destinação, a empresa que coleta e/ou que recebe os resíduos, a fiscalização deve identificar as irregularidades praticadas. A fiscalização deve identificar a existência e a regularidade de empresas e profissionais vinculados ao Conselho, registros e respectivas ARTs. A fiscalização deve incluir fotografias das diligências efetuadas e encaminhar esse relatório para CMA.



A Comissão de Meio Ambiente irá analisar as informações coletadas, verificando as responsabilidades dos responsáveis técnicos envolvidos, avaliando a necessidade de encaminhamento ao Inea e ao Ministério Público.

É importante aprofundar a apreciação da situação dos resíduos sólidos no Estado do Rio de Janeiro, e a apreciação do tema "Lixões no RJ", pelo grupo da pré-Conferência Temática da CLEMAARJ Resíduos Sólidos, na medida em que o grupo é coordenado por profissionais que conhecem o tema e a realidade do RJ. Propor a inclusão no Documento Básico do diagnóstico da situação em todo o Estado do RJ. Buscar estabelecer parceria com a Câmara Técnica de Resíduos Sólidos do CONSEMAM (Conselho Municipal de Meio Ambiente) e com outras Câmaras e Conselhos de Meio Ambiente, similares.


# PRÊMIO CREA-RJ MEIO AMBIENTE 2020

# 10

O Prêmio Crea-RJ de Meio Ambiente é concedido anualmente com o objetivo de expressar o reconhecimento às personalidades, instituições e entidades que se distinguem por suas posições e projetos na luta pela preservação, defesa ou conservação do meio ambiente, na área de engenharia, da agronomia, da geologia, da geografia e da meteorologia, preferencialmente, em ações no estado do Rio de Janeiro.

O Crea-RJ, como autarquia fiscalizadora do exercício profissional, busca zelar pelo bem-estar da sociedade, conscientizando seus profissionais, para minimizarem os impactos ambientais em seus projetos e ações. O Prêmio, que busca valorizar ações de proteção dos nossos recursos naturais e o equilíbrio ambiental, e qualidade de vida para a população, foi criado em 1998, em uma atitude pioneira no Sistema Confea/Crea. Na ocasião, o Crea-RJ já antevia a importância da relação existente entre as questões ambientais e o exercício legal das profissões da área tecnológica.

A Solenidade virtual de comunicação dos agraciados, realizada em 17/11/2020, contou com a presença do Presidente do Crea-RJ, engenheiro eletricista e de segurança do trabalho, Luiz Antônio Cosenza, do Prefeito eleito da cidade de Niterói, engenheiro florestal



Axel Grael, do Coordenador da Comissão de Meio Ambiente, Eng. Químico Abílio Valério Tozini, do Coordenador Adjunto da Comissão de Meio Ambiente, Geólogo Adriano Sampaio e do Conselheiro da Comissão de Meio Ambiente, Geógrafo Vagner Oliveira.

Em 2020, o Prêmio teve como característica aliar prêmios individuais com prêmios coletivos, os agraciados foram escolhidos por consenso na Comissão de Meio Ambiente - CMA e aprovados por ampla maioria no Plenário do Crea-RJ.

O Crea-RJ declarou como agraciados, pelas suas ações de defesa do meio ambiente, com o Prêmio Crea-RJ de Meio Ambiente 2020:

- 1- Engenheiro Florestal CARLOS ALBERTO BERNARDO MESQUITA*
- 2- Engenheiro Agrônomo JOSÉ GUILHERME MARINHO GUERRA*
- 3- FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS - COMANDO MILITAR DO LESTE*
- 4- COOPERATIVA DE TRABALHO DE CATADORES E CATADORAS DE DUQUE DE CAXIAS*
- 5- PROJETO NITERÓI JOVEM ECO-SOCIAL*





O Engenheiro Florestal **CARLOS ALBERTO BERNARDO MESQUITA**, liderança que consegue sempre encaminhar os encontros de ambientalistas, buscando consenso em torno das propostas para sociedade e das instituições em que atua. Possui trabalho de longa data na preservação ambiental e que obteve bastante destaque na atuação e defesa da Floresta de Camboatá; atua na resistência contra os retrocessos ambientais. Atuou na Apeferj, a qual presidiu por sete anos, no Fórum Florestal Fluminense, em encontros de arborização urbana, de recuperação florestal; na Rede de Gestores do corredor central da Mata Atlântica, na Bahia no Espírito Santo; na luta em defesa da Floresta de Camboatá, no Movimento o SOS Floresta de Camboatá; no Movimento Trilha Transcarioca, símbolo da cidade do Rio de Janeiro - a primeira e maior trilha em área urbana do país.

Em movimentos símbolos do papel da sociedade civil organizada, do ativismo pela proteção ambiental, que luta contra a destruição da natureza, a favor da proteção da natureza, a favor da biodiversidade, que se antepõe a ameaças, e também que encontra, constrói e compartilha soluções com outros segmentos da sociedade brasileira. Que mobiliza a sociedade, que procura o setor privado, que procura o governo, que procura os diferentes segmentos da sociedade, para juntos encontrar e implementar soluções.



Por uma Floresta de Camboatá, protegida e preservada e que, juntos com a sociedade civil, com a academia, com a universidade, com o governo, com a prefeitura, com exército brasileiro, possamos fazer daquele espaço um pólo verde, de desenvolvimento, de trabalho, de oportunidade, de qualificação profissional, com os efeitos da economia verde e da sustentabilidade. Fortalecendo o papel das iniciativas de múltiplos atores de interesse, como o diálogo florestal, o pacto pela restauração da Mata Atlântica, a aliança pela restauração da Amazônia e a Coalizão Brasil Florestas Clima e Agricultura.

O Engenheiro Agrônomo **JOSÉ GUILHERME MARINHO GUERRA** tem sua história ligada à produção de alimentos de forma sustentável, sem envenenar o solo, sem envenenar a água e propagando a saúde na alimentação. Movimento que cresceu e se consolidou no Brasil, em defesa do desenvolvimento tecnológico da agricultura orgânica e da agroecologia, constituindo inclusive a própria Embrapa Agrobiologia, no seio da UFRRJ, e ampliando esse movimento para o restante do país.


O desafio de fazer agricultura buscando minimizar as externalidades dessa atividade humana, quanto às questões ecológicas no nível regional e nacional e na problemática global, que todos estamos



envolvidos. Fundamentos que regem as relações entre as pessoas, o solo, as plantas, os animais, o sol, o ar e a água.


Em 1993, foi criada a Fazendinha Agroecológica do Km 47, projeto de parceria interinstitucional entre a UFRRJ, a Embrapa Agrobiologia, a Embrapa Solos e a Prefeitura Municipal de Itaguaí. Com o transcorrer do tempo, a parceria se consolidou apenas com a Embrapa Agrobiologia, a UFRRJ e a Pesagro-Rio. Na Fazendinha, professores-pesquisadores, estudantes e agentes de assistência técnica e extensão rural, atores amigáveis em relação ao meio ambiente e à saúde humana, encontram um lugar para transmissão e compartilhamento de experiências aprendendo uns com os outros.

Participou junto à grandes pesquisadores em diálogos nos campus do Km 47, criando um espaço no qual fosse possível se exercitar a agroecologia e a produção orgânica, com seu mentor, Dejair Lopes, reunindo saberes científicos e cotidianos, de forma também a valorizar conhecimentos tradicionais de agricultoras e agricultores familiares, criando um ambiente que propiciasse o compartilhamento de um espaço público cujo trinômio ensino, pesquisa e extensão fossem tratados de forma não dissociada.



As **FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS** desenvolvem várias ações no Estado do Rio de Janeiro, e em todo território brasileiro, na atuação e preservação do meio ambiente. É um prêmio mais que merecido para as nossas forças armadas, representadas hoje pelo Comando Militar do Leste. Um trabalho muito gratificante na preservação ambiental das áreas sob seu controle, algo que já podemos esperar, mas que muitos não conhecem. Importante divulgar mais o papel que as Forças Armadas desempenham, para além da Defesa do território nacional; Com a preocupação com a formação dos cadetes, existem dentro das Forças Armadas, segmentos e departamentos ambientais, com uma consciência ambiental fundamental. No tema meio ambiente, o exército tem um marco regulatório próprio sobre o assunto, datado da época do império, que segue todas as normas de âmbito nacional, voltadas para a proteção do meio ambiente e as aprofunda na missão das forças armadas.


O Exército Brasileiro tem uma diretoria orientada para os assuntos de Meio Ambiente. Um grupo de trabalho, muito especializado. Estão irmanados no esforço nacional de proteção a todo nosso meio ambiente. Fazem pela conscientização. As Forças Armadas mantêm as suas áreas preservadas, por compreensão dessa necessidade.



Cada um dos seus integrantes aprende a ter essa consciência, por intermédio do nosso marco regulatório e mediante ações de conscientização e educação. A Academia e escolas militares inserem em seus currículos o tema meio ambiente, o tema da preservação hídrica e segurança hídrica.


O exército recebe anualmente entre 70 e 80 mil jovens da sociedade brasileira que ingressam para o serviço militar. Todos esses jovens, ao longo do seu tempo de serviço militar, são também treinados, educados e orientados no assunto preservação. Em cada uma das ações, em cada uma das operações, antes e depois, o ambiente permanecerá como iniciou. A consciência começa nas Forças Armadas do Exército e no Comando Militar do Leste, não apenas da preservação, mas da educação e conscientização sobre a necessidade de preservação ambiental. Cada integrante das Forças Armadas faz parte de todos os extratos, de todas as camadas, de todos os segmentos da sociedade. Cada um desses jovens, após o seu serviço militar, regressa à sua cidade, mais consciente sobre esse assunto.

A **COOPERATIVA DE CATADORES E CATADORAS DE DUQUE DE CAXIAS** simboliza o poder da organização coletiva popular na preservação ambiental, mostrando que a sociedade civil organizada também



mais participativa e popular de resíduos sólidos. A questão dos resíduos sólidos é uma discussão fundamental e possui um trabalho relevante do ponto de vista ambiental e social. A Cooperativa ocupou o espaço deixado com a desativação do aterro de Gramacho. Várias famílias tiveram a sua fonte de renda extinta. A Cooperativa ocupou essa lacuna. Recebe em torno de 2000 caminhões por mês, com diferentes quantidades de resíduos, que são triados e selecionados. A Cooperativa de fato trabalha com reciclagem e não apenas com transbordo. Algumas recebem apenas o material, acumulam e destinam para o aterro sanitário.


Na Cooperativa de Caxias o resíduo sólido é triado e separado, e aquilo que é reciclado é vendido e o que não é reciclado é destinado para o aterro sanitário. Recicla em torno de 60 toneladas/mês de resíduos sólidos atendendo o que preconiza a política nacional de resíduos sólidos. Aumenta a vida útil dos aterros que estão em operação e também gera emprego e renda. Possui as licenças ambientais, tanto para resíduos de construção civil, como para resíduos sólidos urbanos. Possui licença ambiental para resíduos sólidos urbanos, no Rio de Janeiro. Possui selo verde concedido pelo IBDN. Tem uma preocupação ambiental, e também do ponto de vista social. Gera em torno de



50 empregos diretos, atende 450 alunos, em atividades esportivas, em diferentes modalidades (muay thai, jiu-jitsu, ginástica). Distribui cestas básicas. Tudo isso é feito sem qualquer ajuda governamental, pois se desenvolve e se mantém, única e exclusivamente, com recursos próprios.

Tem a expectativa de replicar esse modelo, que está dando certo, para outras regiões e outros municípios. A Cooperativa tem dado certo, tem um planejamento legal e o mérito é todo dos cooperados, dos catadores e das catadoras.

O **PROJETO NITERÓI JOVEM ECOSOCIAL** envolve a população na consciência ambiental e na juventude. Surgiu da vontade de superar aquela percepção antiga de que o meio ambiente está para um lado e o desenvolvimento está para um outro. O Projeto integra a necessidade de dar a oportunidade de inclusão social para um grande contingente de jovens da cidade de Niterói, organizando e mobilizando as comunidades, com maior risco social, e selecionando jovens que possam participar de um programa, que inclui ações de reflorestamento de encostas, defesa civil nas comunidades, gestão de resíduos sólidos nas comunidades, gestão de áreas protegidas.



Em Niterói, começou selecionando 400 jovens, que recebem uma bolsa da prefeitura para participarem desse programa. Os participantes também são convidados a ingressarem nos programas de profissionalização desenvolvidos em parceria com o Firjan/Sesi, e com indústrias patrocinadas pela prefeitura de Niterói. Permitindo que esses jovens, que fazem parte do Projeto Niterói Jovem Ecosocial, tenham uma porta de saída para o mercado de trabalho.

Além disso, incentiva a atuação da comunidade niteroiense na preservação ambiental do município. É objetivo da prefeitura de Niterói expandir o projeto, levando para outras comunidades, para que se torne cada vez mais uma referência de iniciativa de recuperação ambiental, associado à inclusão social de jovens em situação de risco social.



# ATRIBUIÇÕES DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

# 11

Para esclarecer os Conselheiros do Crea-RJ sobre as atribuições regimentais da Comissão, a CMA deliberou por encaminhar para a Presidência do Crea-RJ, para os Conselheiros do Crea-RJ e respectivas Câmaras Especializadas um resumo, contendo os principais artigos extraídos do Regimento do Crea-RJ, que dispõem sobre as atribuições da Comissão de Meio Ambiente-CMA, dando publicidade no Plenário do Crea-RJ.

## REGIMENTO INTERNO DO CREA-RJ

### Principais artigos sobre as atribuições da Comissão de Meio Ambiente/CMA

#### CAPÍTULO III - DA ESTRUTURA DE SUPORTE

**Art. 135.** *A estrutura de suporte é responsável pelo apoio aos órgãos da estrutura básica nos limites de sua competência específica, sendo composta por órgãos de caráter permanente, especial ou temporário compreendendo:*

*I – Comissão permanente; II – Comissão especial; e III - Grupo de trabalho.*



## **TÍTULO I - DA COMISSÃO PERMANENTE**

### **SEÇÃO I - DA FINALIDADE E DA COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO PERMANENTE**

**Art. 136.** *A comissão permanente é o órgão deliberativo da estrutura de suporte que tem por finalidade auxiliar o Plenário do CREA-RJ no desenvolvimento de atividades contínuas relacionadas a um tema específico de caráter legal, técnico ou administrativo.*

#### **ART. 144. Compete ao coordenador de Comissão Permanente**

*I – responsabilizar-se pelas atividades da comissão junto ao Plenário do Crea;*

*II – manter o Plenário informado dos trabalhos desenvolvidos;*

*III – propor o plano de trabalho a ser submetido à apreciação da Diretoria, incluindo metas, ações, calendário, cronograma de execução e previsão de recursos financeiros e administrativos necessários;*

*IV – cumprir e fazer cumprir o plano de trabalho da comissão;*

*V – diligenciar junto à Diretoria para o atendimento das necessidades da comissão, visando à execução de seus trabalhos;*



## **SEÇÃO VIII - DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE**

**Art. 154.** *A Comissão de Meio Ambiente tem por finalidade analisar assuntos relativos à intervenção humana no meio ambiente.*

**Art. 155. Compete à Comissão de Meio Ambiente:**

*I – orientar os profissionais sobre a temática ambiental e legislação pertinente;*

*II – estudar e propor normas e procedimentos técnico-administrativos relativos à fiscalização de empreendimentos na área ambiental; e*

*III – examinar e exarar documento referencial sobre o gerenciamento ambiental.*



# CREA-RJ

Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Rio de Janeiro